

DORIA, Francisco Antonio. Com a colaboração de Carlos Barata, Jorge Ricardo Fonseca, Ricardo Teles Araújo e Gilson Nazareth. Prefácio de Joel Rufino dos Santos. *Os herdeiros do poder*. 2a ed. revista e ampliada, Rio de Janeiro, Revan, 1995.

PODER POLÍTICO E HERANÇA FAMILIAR

Ricardo Costa de Oliveira
Universidade Federal do Paraná

Numa época marcada pela ofensiva conservadora contra as utopias sociais, quando “o fim da história” já foi definitivamente proclamado com a vitória incontestável do *status quo*, surgem novos estudos centrados nos grupos dominantes, nos seus mecanismos de poder e de dominação. A questão é: como tão poucos conseguem dominar tantos durante tanto tempo? O mais recente exemplo dessa vertente é o estudo de Michel Pinçon e Monique Pinçon-Charlot (1996) sobre as grandes fortunas da França, envolvendo não apenas o aspecto econômico da reprodução das formas de riqueza, mas também a trajetória histórica das redes familiares e seus ambientes sociais, culturais e políticos. Trabalhos semelhantes já existem desde o século passado, como o clássico dos ingleses John Langton Sanford e Meredith Townsend (1865), no qual a sucessão de gerações no controle do poder e da riqueza na Inglaterra foi estabelecida através de um longo e minucioso estudo empírico.

Portanto, pode-se dizer que quando se investiga a classe dominante, se estuda também a continuidade e a história do poder de poucos grupos familiares. As pesquisas atuais cada vez mais exigem um paradigma de longa duração. Existe um crescente interesse por estudos centrados na nobreza européia e no seu papel relacionado com a formação da modernidade. A recente coletânea organizada por H. M. Scott (1995) é um exemplo disso. Além do mais, o papel da nobreza na determinação das formas do Estado, da cultura e da economia já foi apontado no importante livro de Arno Mayer (1990).

Em *Os herdeiros do poder*, Francisco Doria e seus colaboradores seguem de perto essa preocupação internacional. Através de um método tradicional e conservador de investigação, as *genealogias*, o autor realiza uma série de análises de sociologia política histórica, procurando estudar a formação da classe dominante brasileira desde o período colonial, com o objetivo de entender o seu posterior comportamento político.

Assim, do Condado Portucalense até o século XVI e a República do Brasil, acompanha-se a sucessão de gerações da classe dominante. A hipótese do trabalho indica a forma pela qual se pensa a via de reprodução do poder político: “As relações de classe e de dominação que existem no Portugal dos Avizes são passadas à Colônia e refeitas no Brasil por essa gente, gente ligada sobretudo pelo sangue, embora à distância, ao núcleo de poder em Portugal” (DORIA, 1995: 40). Trata-se, conforme somos informados, de um grupo fechado, excludente e privilegiado. De 1500 a 1750 calcula-se que cerca de 250 grupos familiares formarão a elite colonial nordestina da Bahia, Pernambuco, Ilhéus, sendo quase 50 troncos e ramos colaterais ou bastardos de famílias da alta elite portuguesa. Através desses agentes sociais, poderosos senhores de engenho, grandes titulares de cargos públicos, altos funcionários da burocracia e prósperos comerciantes, estruturam-se as instituições políticas e as regras de dominação e de exercício do poder sobre o Brasil (DORIA, 1995: 24).

Um notável exemplo de continuidade histórica na descendência do poder nos é dado por Doria. Considerando-se os 34 titulares efetivados na Presidência da República, 9 possuíam raízes na nobreza européia e 15 eram ligados a famílias da oligarquia agrária, com ascendentes conhecidos desde o período colonial: “A estrutura oligárquica do Brasil entra pelo século XX a dentro. Floriano Peixoto, alagoano, filho de senhor de engenho, é parente dos Accioli da Vila das Alagoas; Prudente de Moraes, Campos Sales e Hermes da Fonseca, descendem os três de um casal quinhentista de S. Vicente, Braz Teves e Leonor Leme, assim como a mulher de Washington Luiz, da família dos barões e marqueses de Itu. Delfim Moreira e claro, Prudente, são primos pelo lado dos Antas Moraes de S. Paulo. Afonso Pena vinha de uma família de fidalgotes rurais de Portugal, a família dos barões de Ribeira de Pena; Epitácio Pessoa era sobrinho do Barão de Lucena, e, portanto, herdeiro dos Bandeiras de Melo, Lucenas e Azevedos de Pernambuco, lá radicados (e na Paraíba) desde o século XVI, e ainda poderosos — pois aparentam-se a Epitácio o senador Humberto Lucena e o ministro do

exército nos governos Itamar e Cardoso, Zenildo Lucena, e mais o primo de ambos, Cícero de Lucena; sucessões de senhores de engenhos... [...]. Vargas, filho de um estancieiro gaúcho, possuía distantíssimas raízes paulistas, nos Moraes e em outras famílias. A família de Castelo Branco é uma oligarquia velha do Piauí, onde seu tronco, Francisco da Cunha de Castelo Branco, fixou-se em começos do século XVIII; era irmão do primeiro conde de Pompeiros. João Figueiredo provém de militares e burocratas, no século XIX, e de senhores de terras nordestinos chegando até um dos casais formadores da oligarquia pernambucana, Cristóvão Lins e Adriana de Holanda. E Fernando Collor, Fernando Afonso Collor de Melo, descendia da família dos Novos de Lira, que no século XVIII incorporam o nome de Vieiras de Melo de Pernambuco (o primeiro destes, um certo Fernando Afonso de Melo, bacharelou-se em direito em Olinda numa das primeiras turmas, em começos dos oitocentos; era filho de um senhor de engenhos em Pernambuco)” (DORIA, 1995: 26).

Após analisar a concentração social e de poder existente no Brasil, Doria levanta considerações sobre o papel da classe média e sua relação com a democracia. Oferece uma nova perspectiva de análise política ao apontar para a existência de um *clientelismo* que soldaria a classe dominante e as classes subalternas, estando por sua vez as classes médias a exigir novas demandas éticas, morais e democráticas. O lastro da democracia, conclui o autor, residiria assim no peso decisivo e nas posições políticas explicitamente assumidas pela classe média.

Em conclusão, o trabalho de Doria e seus colaboradores oferece um manancial de questões e novas perspectivas para a Ciência Política brasileira, abrindo a necessidade de novas pesquisas a partir da metodologia proposta: o estudo da genealogia de grandes famílias.

Ricardo Costa de Oliveira é Professor de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MAYER, Arno J. (1990). *A força da tradição. A persistência do Antigo Regime*. Companhia das Letras, São Paulo.

PINÇON, Michel e **PINÇON-CHARLOT**, Monique. (1996). *Grandes fortunes. Dynasties familiales et formes de richesse en France*. Payot, Paris.

SANFORD, John Langton e **TOWNSEND**, Meredith. (1865). *The Great Governing Families of England*. 2 Vols. Blackwood and Sons, Edinburgh and London.

SCOTT, H. M. (org.). (1995). *The European Nobilities in the Seventeenth and Eighteenth Centuries*. Longman, Singapore.

* * *